

Economia Ambientalmente Sustentável

MOÇÃO SECTORIAL – XXI Congresso Nacional da Juventude Socialista

Car@s Camarad@s,

O tema que apresento aqui, já foi diversas vezes debatido, várias vezes discutido, alvo de várias moções; contudo, considero que hoje é imperioso falar da necessidade de uma Economia Ambientalmente Sustentável.

A partir dos anos 60 e 70 do século XX a Europa e a América testemunharam uma preocupação crescente sobre o impacto que o crescimento económico, os padrões de consumo e a pressão que os novos estilos de vida colocavam sobre o equilíbrio ambiental, a estabilidade económica e a segurança do planeta.

Desta tomada de consciência viriam a resultar um conjunto de reflexões e iniciativas à escala internacional, que tiveram como corolário o moderno conceito de desenvolvimento sustentável. Em termos históricos podemos enunciar os seguintes factos relevantes:

- Relatório intitulado "Os Limites do Crescimento", elaborado por uma equipa do Massachusetts Institut of Technology (MIT), contratada pelo Clube de Roma, em 1972;
- Em 1983 e sob a chefia da então Primeira-Ministra da Noruega, Gro Brundtland, foi constituída a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, com o objetivo de abrir a discussão sobre este tema em todo o mundo e produzir um conjunto de reflexões e recomendações, "O Nosso Futuro Comum", apresentado em 1987, foi o nome por que ficou conhecido o documento final que coroou esse trabalho, consagrando em definitivo a expressão "desenvolvimento sustentável";
- Em 1992 a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro e mais conhecida por Rio 92, viria a concluir-se com a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e a adoção da Agenda 21, em que os países aí reunidos se comprometeram com um novo padrão de desenvolvimento para o século XXI;
- No ano 2000 foi aprovada pela ONU a Declaração do Milénio, consagrando os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) para vigorarem até 2015, procurando congregar os esforços dos países e estabelecer uma parceria entre os países desenvolvidos e países em desenvolvimento, tendo em vista criar um clima, tanto a nível nacional como mundial, que conduzisse ao desenvolvimento e à eliminação da pobreza, entre outras matérias e problemas vitais para o futuro da humanidade, aliando a importante dimensão social ao conceito de desenvolvimento sustentável;
- 2012, a Conferência da ONU (RIO+20), renovou o seu compromisso global com o desenvolvimento sustentável, avaliando os progressos obtidos e abordando novos desafios emergentes, como a economia verde, a erradicação da pobreza e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável. O documento aprovado na Conferência, "O Futuro que Queremos", reconheceu que a formulação de metas poderia ser útil para o lançamento de uma ação global coerente e focada no desenvolvimento sustentável;
- Em 2015 Foram definidos os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável;
- E nas últimas semanas, foi realizada a CoP 25 em Madrid.

As fundações sociais são compostas por água, educação, resiliência, voz, trabalho, energia, equidade social, igualdade de género, saúde, comida, e recursos financeiros, compondo o espaço justo e seguro, inclusivo e que se traduza no desenvolvimento económico sustentável. Contudo, vimos nos últimos anos, as alterações climáticas, o aumento de consumo de uso potável, aumento dos ciclos de fósforo e

nitrogénio, a acidificação dos oceanos, poluição química, atmosfera contaminada por aerossóis, perda de biodiversidade, alteração de uso dos solos.

O planeta está num ponto de viragem.

Apesar de não acontecer num segundo, está a ocorrer a uma velocidade vertiginosa, quando comparamos com a evolução da Terra. Significando que este é o tempo de escolhas:

1. Continuarmos com o modelo económico atuai, procurando continuar o paradigma de crescimento económico atuai, que é baseado nas condições do mundo após a II Guerra Mundial;
2. Podemos escolher uma versão de crescimento sensível a melhoria ambiental, de modo a atingir o chamado "crescimento verde";
3. Ou procurarmos um modelo de desenvolvimento mais radical, que não considere o crescimento como o fator chave, mas sim o desenvolvimento sustentável do bem-estar humano, compreendendo a incerteza e a complexidade da criação e sustentabilidade do bem-estar.

Torna-se imperioso desenhar e definir uma visão do que é esta "economia bio-ecológica", e como podemos consegui-la. Esta opção providenciará empregabilidade total, e um elevado nível de vida para todos, num espaço de salvaguarda ambiental para a humanidade na terra.

Para o conseguir é necessário estabilizar a população, tornar os recursos mais equitativos, em termos de trabalho e remuneração, investir no capital social e natural, reformular o sistema fiscal, de modo a atenuar as externalidades negativas, promover inovações tecnológicas que suportem o bem-estar, invés de privilegiar o crescimento no seu sentido mais estrito, e criar uma cultura de bem-estar invés de consumo. Estas políticas são suportadas mutualmente e resultam num sistema mais fiável.

Temos um desafio substancial de fazer a transição para um Mundo melhor de uma forma positiva e pacífica.

Assim sendo, é urgente e necessário, ao nível de políticas globais a nível nacional:

- Diminuir a semana de trabalho, de modo a haver mais tempos de lazer, incluindo esquemas de compensação, organização do trabalho e horas de trabalho, bem como de políticas ativas de mercado de trabalho;
- Implementar medidas de discriminação positiva de melhorias tecnológicas que levem a um saldo carbónico positivo;
- Implementar alterações ao nível do sistema educacional, de modo que as alterações climáticas e o novo paradigma económico façam parte dos programas escolares desde o primeiro ciclo;
- Implementar sistema de planeamento e de utilização do solo;
- Implementar alterações fiscais relativas a ecologia e proteção ambiental, que beneficie saldos carbónicos positivos, e penalize atividades com saldos carbónicos negativos;
- Implementar políticas fiscais e de comércio que se traduzem em melhorias reais das economias locais, principalmente do Interior do País;
- Obrigatoriedade curricular de áreas de desenvolvimento e economia sustentável no ensino;
- Implementar cursos de curta duração (2 semanas) nas áreas de desenvolvimento e economia sustentável nos estabelecimentos de Ensino Superior do Interior, obrigatórios para a totalidade dos alunos do ensino técnico superior.

Relativamente aos diversos territórios nacionais, é necessário:

- Aumentar a promoção da diversidade geográfica, integrando a paisagem, os recursos, o património natural e cultural em prol de uma maior sustentabilidade, valorizando os espaços de montanha, de fronteira e os territórios mais periféricos;
- Aumentar a valorização das áreas protegidas, das paisagens e da biodiversidade, tornando obrigatório a reimplantação de espécies autóctones;
- Aumentar e promover ativamente os programas de investigação, que potenciem o aprofundamento e difusão do conhecimento;
- Reforçar as competências e das qualificações relativamente aos recursos naturais e culturais.
- Implementar uma gestão mais próxima dos valores culturais e naturais, promovendo proactivamente o envolvimento ativo das populações;
- Aumentar os incentivos à fixação e manutenção de populações nos territórios de baixa densidade;
- Investir na rede de transportes públicos ecológicos, com uma adequada resposta nos diversos territórios;
- Criação e atração de investimento privado sustentável, apostando nas áreas da BioEconomia Circular, ajudando na fixação dos jovens nas áreas de maior incidência agroflorestal;
- Definição e implementação de Estratégia de Bio-Inovação, que ajudará na definição de:
 - Produção Inteligente Agro-Florestal;
 - Investimento partilhado na área de produtos Bio-Inovadores;
 - Melhoria de processos agro-florestais;
 - Alimentação Bio-Inovadora.